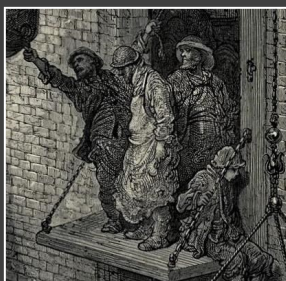


ASPECTOS DA QUESTÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA EM ADORNO NA ATUALIDADE

ASPECTS OF THE QUESTION BETWEEN THEORY AND PRACTISE IN THEODOR

DOSSIÊ: O REALISMO E SUA ATUALIDADE

25 anos de Crítica Dialética na UnB



ORGANIZADORES:

Alexandre Pilati



Deane de Castro e Costa



Martín Ignacio Koval



CERRADOS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM

v. 34, n. 68, ago. 2025

Brasília, DF

ISSN 1982-9701



10.26512/cerrados.v34i68.57707

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submetido em: 31/02/2025

Aceito em: 23/06/2025

DISTRIBUÍDO SOB



André Nepomuceno  

UnB | andrenepomuceno@uol.com.br

Resumo/Abstract

O artigo analisa posições de Theodor Adorno a respeito da relação entre teoria e prática. A partir do andamento conjunto de razão e revolução na história da filosofia, traça um itinerário que chega aos dilemas atuais do Brasil. Ao comentar considerações do crítico literário brasileiro Roberto Schwarz, conclui que a tensão na dialética da não-identidade posta por Adorno permanece fecunda como problema incontornável, tanto para o pensamento crítico quanto para a conjuntura política.

Palavras-chave: Theodor Adorno, teoria e prática, Roberto Schwarz, conjuntura política brasileira.

The article analyses positions of Theodor Adorno regarding the relationship between theory and practise. Based on the jointed trajectory of reason and revolution in the history of philosophy, traces an itinerary that reaches Brazil's current dilemmas. Commenting on considerations made by the brazilian literary critic Roberto Schwarz, concludes that the tension in the dialectic of non-identity posed by Adorno remains a fruitful and unavoidable problem, both for critical thinking and for the political conjuncture.

Keywords: Theodor Adorno, theory and practice, Roberto Schwarz, brazilian political conjuncture.

INTRODUÇÃO

Para abordar a questão, cabe lembrar o vínculo entre razão & revolução na história da filosofia.

A crítica à “Escola de Frankfurt” — nucleada no Instituto de Pesquisa Social (fundado em 1923), teve Theodor Wiesengrund Adorno como um de seus expoentes — suscita, muitas vezes, a dicotomia entre teoria e prática, onde a teoria é considerada distanciada da intervenção política.

No entanto, a *Dialética Negativa* de Adorno (2009), publicada em 1966, vem a partir da falha da filosofia na sua realização¹, ou seja, a queda da tradição emancipatória.

É dessa perspectiva que Adorno aborda a separação entre teoria e prática como um problema no qual o pensamento é já uma prática.

A partir de dois artigos do autor, este trabalho visa à conexão dos termos teóricos da questão à crítica do governo de extrema-direita eleito em 2018 no Brasil e sua sucessão democrática em 2022.

Para isso, traremos elementos do crítico literário Roberto Schwarz reunidos em comentários recentes acerca da realidade política brasileira.

SOBRE A EVOLUÇÃO DA FILOSOFIA

Para contextualizar, faço o seguinte esboço.

A referência da filosofia moderna é o racionalismo de Descartes (1596-1650), como uma Razão que emerge da Renascença e culmina nas revoluções Francesa (1789) e Russa (1917).

A razão burguesa consolidará a forma republicana e os direitos universais, mas delimitará a classe trabalhadora enquanto sujeito e vítima, ao mesmo tempo.

Para além da ideologia do sujeito de direito universal, a revolução socialista calçaria no materialismo histórico balizado por Marx; instauraria a “ditadura do proletariado” e o “novo homem”.

Grosso modo, esse foi o marco em que a luta de classes determinaria a superação para a sociedade comunista. No entanto, ambas as razões se frustraram, o que motivou as críticas expressas no chamado marxismo ocidental.

Ao denunciar isso, convergimos para a visão do “ceticismo” frankfurtiano a ser antes um resgate do que uma fuga, uma afirmação do pensamento pela negação do que é, mais do que o que deve ser.

Se a metafísica antiga é a de um princípio dos princípios, a do “Espírito” encarnado na história leva à dialética materialista, pois o dever ser está no ser social. Marx acatará essa dialética, mas critica a Ideia como direção do processo histórico.

São conhecidos os seus ditos de que não é a consciência do ser que determina o homem, mas o ser social que determina a consciência; e o de que são os homens que fazem a história, mas não escolhem nas condições dadas para isso.

Nesse sentido, o mais emblemático elo entre filosofia e revolução talvez seja a 11^a das Teses sobre Feuerbach, em *A ideologia alemã*: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é *transformá-lo*” (Marx, 1989, p. 103).

Há muita polêmica quanto a essa tese, o que levará Adorno a reforçar o caráter autocontraditório, se tomada como antinomia².

Marx se referia ao idealismo dos “jovens hegelianos”. Até porque vários filósofos já haviam proposto a realização de utopias³. Já nas Teses ele assinalava o valor da educação e da compreensão da práxis. Voltarei a esse ponto.

Com a dialética, não há como retornar para princípios primeiros, pois a ideia de Progresso é ligada à História vista como um processo de avanço racional junto à civilização burguesa, cujos interesses econômicos levam à profissionalização dos intelectuais.

1 Vale citar a aula inaugural do professor Marcos Nobre (2022): Solidariedade com a metafísica no instante de sua queda. Segue a sua tradução ali expressa da primeira e última frases da *Dialética Negativa*: “A Filosofia, que um dia pareceu ultrapassada, mantém-se em vida porque seu instante de realização *escapou*” e “Tal pensar é solidário com a metafísica no instante da sua queda.”

2 Há nuances de tradução da tese (como a conjunção adversativa “porém”, incluída por Engels e que intensificaria o contraste), que não interferem, aqui, para os efeitos genéricos da “separação” entre teoria e práxis.

3 Registro a referência imediata no podcast Filosofia vermelha (2020).

Sob essa premissa, caberia à Teoria Crítica (doravante, TC) um agudo diagnóstico da herança do séc. XIX, pois não teria sido bastante a Interpretação que preparava a revolução para superar o capitalismo. A “demissão” da filosofia não cumprira sua promessa de Emancipação

A metafísica decorrente dessa torção frustrada leva à Ontologia do estado falso — expressão de Marcos Nobre (1998).

Ao mesmo tempo, contrasta com a visão hegeliana do Estado como reconciliação, ao cabo realizada pelo Espírito absoluto. Em outro grau, se contrapõe a Marx, onde a identidade tenderia a existir no futuro.

NÃO-IDENTIDADE: DIFERENCIAL ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Segundo Adorno, há que pensar uma Dialética da não-identidade.

A luta da teoria não surge tanto de um programa de ruptura, mas da concepção de que a pergunta pelo concreto segue mais por uma razão de negação, a contracorrente, do que de causa e efeito.

Nestas circunstâncias coercivas, a busca do conceito em si é já uma prática. Cabem ao menos dois aspectos aqui. O primeiro é o de que pensar exige o dispêndio de energia, contido no trabalho mental e físico da escrita, no tempo de concentração, etc. O segundo é da atividade pública, da movimentação diante de públicos, instituições e meios de comunicação, entre outros.

Dito isso, passo aos dois textos escolhidos.

RESIGNAÇÃO⁴

Com efeito, entendo que se pode situar a questão da condição resignada pelo lado de um suposto alheamento, até mesmo no campo valorativo da moralidade.

Seguem os pontos com que Adorno coloca os termos do debate.

Para a suspeição de a TC não ser prática, o autor parte de referência pejorativa a ele como uma personalidade “sensível”.

Do “hotel abismo”, termo usado por Lukács⁵ (mas não só por ele) para um suposto alijamento do processo real de transformação, Adorno ressalta que sua posição deriva da própria divisão social do trabalho quanto ao lugar do intelectual: se ela deforma, também forma, e varia no tempo.

É importante o destaque quanto à dita demasiada sensibilidade: ao refutá-la, surge a pergunta de como ser intelectual sem ser sensível. Por exclusão, o critério demandado seria a insensibilidade?

Outra “acusação” – sigo glosando o autor – seria a de que ele não considera realizável aquilo que imagina; na verdade nunca quis realizá-lo.

Assim, o que se espera é a atuação manifesta (até mesmo em atos violentos), em caso contrário, a suposta inação repercute com hostilidade, pois o ideal de liderança é o do esportista vencedor e não de um “covarde”.

Sob esse parâmetro, alerta Adorno: “A distância da práxis é suspeita aos olhos de todos” (2021, n.p.).

Em contraposição a esse entendimento, ele analisa o ativismo e a pseudo-atividade para interpelar a prática pressuposta como suficiente em si.

Ele relativizará a posição tomada pelo “ativismo pensante”, encarnado em correntes políticas, penso, cujo modo de organizar cristaliza uma teoria como mera tática para movimentar e impor a sua prática.

Outro ponto citado é o da função do medo e da fúria, pois quem tem a sua convicção questionada tende a sentimentos de ressentimento com quem frustra as certezas, que se tornam palatáveis ao trazerem de imediato a recompensa pelo cumprimento das “palavras de ordem”, por definição menos complexas do que o esforço exaustivo da reflexão.

4 Título da Conferência radiofônica pronunciada por Adorno em 1968. (Adorno, 2021, n.p.).

5 Faço um extrato livre, apenas como ilustração, das palavras de Jeffries (2018, p. 9-10): “O filósofo György Lukács uma vez atacou o fato de que Adorno e outros tinham fixado residência no que ele chamou de Grande Hotel Abismo. Com o espetáculo do capitalismo de monopólio que estava destruindo o espírito humano lá embaixo, a Escola de Frankfurt se reclinava no terraço, tinha abandonado a necessária conexão entre teoria e prática. Assim, a teoria tornava-se um exercício elitista de interpretação”.

O ativista crente sofreria com a continência que lhe é contrária, e reage culpando o mensageiro, ao invés de assimilar a dificuldade.

Por outro lado, creio, o reconhecimento da mensagem implicaria autocrítica. Nesse ponto, a crítica da crítica teria um papel moderador, ou seja, promoveria a mediação do que é afirmado como modelo para o momento histórico, seja qual for a sua dimensão. Mas, como regra, o narcisismo ativista se casaria com o maniqueísmo, que automatiza o oponente.

A angústia pelo que não pode ser negado se historiciza em perguntas tais como por que os trabalhadores se incorporaram ao funcionamento dos monopólios, e por que a indústria cultural incorpora em si a ideia de rebeldia?

A propósito, ontem e hoje verifica-se também o fenômeno do apoio de ampla parcela da classe trabalhadora à extrema-direita.

Com efeito, para Adorno não há que de modo algum os que são compromissados com a transformação social deixarem de agir, de fazer a disputa de teses e suas práticas (vimos que a necessidade dessa ação tornou-se um axioma); sublinho a importância estruturante que isso tem, mas se aponta a pertinência de questionar o que e o modo de pensar sobre o que se faz ou não. Isso dá trabalho.

Nessa encruzilhada estão as pseudo-atividades nascidas de premissas irrealistas. Diz Adorno:

O salto na práxis não cura o pensamento da resignação enquanto ele for pago com o saber secreto de que este não é o caminho. A pseudo-atividade é, em geral, a tentativa de salvar enclaves de imediatividade em meio a uma sociedade completamente mediada e endurecida. (2021, n.p.)

Cabe observar que graus de espontaneidade seriam capazes de contestar o mundo administrado, o qual, por sua vez, tende a domesticá-la. Uma lembrança é a do anarquismo, que, se não caducou, voltaria como “fantasma”.

Um importante traço inesperado, quando se evoca a suposta acomodação é o desconhecimento de que a negatividade da ação já era prevista em Marx:

Em Marx, a doutrina dessa unidade era animada pela possibilidade presente da ação – não realizada já naquele momento. Hoje se delineia antes o contrário. As pessoas se aferram a ações por apreço à impossibilidade da ação. Todavia, já em Marx se oculta aí uma ferida. (2021, n.p.)

Segundo Adorno, é radical lembrar que o deslocamento de Marx para fazer *O capital* (2013), em 1857, foi a partir do reconhecimento do impasse histórico. E essa inflexão teve profundo caráter interpretativo.

A dualidade da leitura da 11ª Tese (1989) e o feitiço analítico de *O capital* (2013) se complementam com o conhecido dito do Marx maduro, “tudo o que sei é que não sou marxista” – a respeito daqueles que, em nome da ação ou da afetação, desprezavam o estudo da história.

Faço aqui um pequeno excursus, a respeito de uma certa memória da crítica revolucionária feita por ou baseada em Marx.

Em *Sobre a questão judaica* (2010) e em outros textos dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004), Marx, em 1843, desqualificava a crítica que não se dirigia à transformação social. Apesar de avanços significativos, a crítica da religião (se refere com ênfase a Ludwig Feuerbach) e a da revolução política (considerada como apreendida pelos hegelianos de esquerda) não bastavam para a emancipação humana. No estado burguês, o direito travestia a disparidade material de classe, o que implica por consequência a imposição da crítica ideológica.

Ironicamente, Marx propunha a crítica da crítica crítica.

Assim, seria incontornável a crítica da economia política, uma vez que revolução deveria ser social, isto é, romper com a ordem da propriedade privada, entre outros pressupostos.

Se tomarmos um salto histórico, a maior experiência foi a da União Soviética, que levou em geral ao dogma político e da planificação econômica – à parte a tensão de forças em disputa com o ocidente capitalista –, e cuja queda impactou os partidos comunistas.

A meu ver, aí a reflexão de Adorno faz um resgate de uma crítica, crítica, desta vez para diagnosticar a falência daquela crítica transformadora então configurada. Há que se destacar, contudo, que não se trata de desprezar ganhos, mas de reconhecê-los como referência, e que se mantém o viés emancipatório, ainda que ora indeterminado.

Dito isso, o que Adorno defende é o direito do intelectual na cena, quando a ação sucumbe à tautologia: “O pensamento, o esclarecimento consciente de si mesmo, ameaça desencantar a pseudo-realidade na qual se move o ativismo” (2021, n.p.).

Paradoxalmente, apesar da pecha de elitismo, o desafio filosófico sempre foi seara de poucos, e isso assusta até aos que se reivindicam radicalmente transformadores. Fica o alerta: “Com facilidade, a subordinação da teoria à práxis se inverteu no serviço a uma opressão renovada” (2021, n.p.).

Por fim, Adorno surpreende com a inversão do lugar comum acerca do seu conformismo. Tal movimento se dá seja para a acusação da autoridade que visa determinar a prática, algo como autoritarismos em nome da libertação ou do programa a ser cumprido, seja para os juízes de resultado, posição que se cristaliza na divisa que se pretende taxativa: a prática é o critério da teoria. Ele estende o espelho para tais posturas: “Frente a isto, o pensador crítico descompromissado, que não falseia a consciência e nem se deixa aterrorizar a agir, é aquele que na verdade não desiste.”

Logo, interpretar o mundo e não permitir se enganar é não desistir de transformá-lo. É não se resignar. Passo ao segundo texto.

NOTAS MARGINAIS SOBRE TEORIA E PRÁXIS⁶

Buscarei esquematizar, em certa medida parafraseando, pontos que ensejariam um fôlego bem maior do percurso ora proposto, dada a extensão do texto.

Cabe registrar o pano de fundo e as circunstâncias efetivas, a *realpolitik*, em contraste geopolítico com o crescimento capitalista do pós-guerra. Nesta transcrição feita logo após a morte de Adorno, ele se pauta no movimento estudantil, no explosivo ano de 68, quando a ele se refere como um intelectual institucionalizado que, nem com sua filosofia tida como pessimista nem pessoalmente se engajara na arena política. Por ironia, quase 60 anos após a publicação da *Dialética Negativa* (2009), em 1966, e a 120 anos do seu nascimento, muitos dos filósofos radicais de então sequer são lembrados.

Um prisma de destaque para Adorno é o de que a problematização do dualismo filosófico é já antecipada pela literatura.

No *Fausto* (1981), Mefistófeles assevera que toda teoria é cinzenta, e verde é a vida! Mas o amadurecimento do sujeito na tradição prende a liberdade na esfera econômica e sua sociabilidade. A teoria seca por ser refém.

Hamlet, instado a agir, representa o indivíduo que ora se sabe enredado na autoalienação. O que há de novo na história é a dúvida paralisante. A reflexão elaborada entre ato e pensamento inaugura um impasse que abre caminhos.

Dom Quixote ilustra o bloqueio dos modos de experiência anteriores e a perda do ideal nostálgico, quando ainda não se precipitara um realismo que escarnecerá do herói de cavalaria. A épica é contestada pela paródia.

Retornando, após o declínio da ordem hierárquica, nota-se já um ceticismo interessado. Cito Adorno: “O espírito burguês reúne a autonomia e a aversão pragmatista pela teoria tão antinomicamente quanto a sociedade que o sustenta” (Adorno, 1995, p.204).

Na dinâmica do novo conhecimento feito práxis no mundo capitalista, o pensamento crítico é remetido a um idealismo invertido, no qual a produtividade e a sociedade da compra e venda se tornam a norma positiva naturalizada.

⁶ Título do texto de Adorno (1995, p. 202-229).

A função do intelectual, a fim de não sucumbir como anti-herói, dependerá da compreensão de que “o chamado problema da práxis está entrelaçado com o do conhecimento” (Adorno, 1995, p. 204).

Num paralelo com a filosofia iluminista, a teoria avalizaria o “não-obtuso” (Adorno, 1995, p. 207), num mundo opaco, já capturado pelo domínio da mercadoria.

A teoria deve servir a um propósito; contudo, ao ser direcionado para obter um resultado, o sujeito já é delimitado pelo objeto; o fetiche da engrenagem que subsume o tempo entre a obrigação do trabalho e a reprodução da vida faz estranho o sujeito que pensa criticamente. Logo, a negação ideológica em contraposição aos limites da matriz burguesa confirma que “Pensar é um agir, teoria é uma forma de práxis” (Adorno, 1995, p. 204).

Por outro lado, muitas vezes a vontade de intervenção contra aquela subsunção hipertrofia a análise sobre o objeto social, a que autor denomina como “dialética desesperada” (Adorno, 1995, p. 207).

No entanto, aquele objeto é necessariamente mediado pelo sistema, que, se entregue a seu curso não será visível a olho nu.

Por isso, aduz Adorno (1995, p. 213):

Sem dúvida, é ilusória a dispensa do espírito em relação ao trabalho material, pois o trabalho material é um pressuposto para a própria existência do espírito. Mas não é somente ilusão, nem está somente a serviço da repressão. A separação marca a etapa de um processo que conduz da superação do cego predomínio da práxis material, potencialmente rumo à liberdade. Revogar essa separação por ato de decisão autoritária parece idealista e é regressivo.

Em outra via, se distanciar dos negócios públicos pode desembocar na “contemplação ditosa”; esclarecida, mas que delega a concentração do poder. Se exercida a razão autônoma, diz Adorno: “O objetivo de uma práxis justa seria sua própria supressão” (1995, p. 214).

Historicizando, a divisão classista do trabalho e a proposta teórica de sua supressão não deve ser a desculpa para a violência e a submissão padronizada, pois arrisca permanecer adjunta justamente àquilo que propunha a combater.

Do primado da práxis, mesmo quando reivindicada revolucionária, deu-se que: “Os meios independizaram-se até o extremo. Enquanto servem irrefletidamente aos fins, alienaram-se destes”, registra Adorno (1995, p. 216).

No campo da organização, a adesão autoritária ao programa seria travestida de solidariedade; mas a discordância não seria tolerada. O autor passa a dar exemplos dessas discrepâncias.

São reativas, tais quais as barricadas parisienses, quando tomaram frente aos donos das bombas, que apenas as toleravam qual brincadeiras.

Já a guerrilha terceiro mundista indica que o mundo administrado possui fissuras, embora relativizada pelo caudilho Che Guevara tomado como modelo para a Europa dos donos; vê-se que não cabe a transposição, pois, como mostrou o seu assassinato ignominioso, sua ação sequer deu resultado na Bolívia.

Mais adiante, ele abre uma observação sobre o problema das personalizações como consolo do anonimato e da perda do objetivo de mudança.

Nisso, dá-se para Adorno que: “A tendência objetiva da sociedade liga-se, sem fissuras, à involução subjetiva” (1995, p.218).

Noutro sentido, a acriticidade para o engajamento reduz o sujeito ao estado de irracionalidade, que o faz também vulnerável.

O autor cita novamente o movimento que é conduzido a encarnar-se enquanto autoridade, uma vez que o oponente objetificado projetaria para si o fascínio hipnótico do líder ao modo de Freud (2011), em *Psicologia das massas e análise do eu*, de 1921.

O narcisismo dessa autoridade vê com surpresa os que permanecem antiautoritários. Ilustrativo é o caso do estudante repreendido por manter o rigor na pesquisa – ainda que crítica. A crença no arrojo vanguardista impede os líderes de analisar sua própria alienação, transferindo-a ao outro.

Com isso, Adorno avança em sua crítica à rebeldia cega, pois, se a tese de uma institucionalidade permeável à reflexão contradiz as expectativas do ativismo, este acusa a teoria como abstração repressiva.

Mas a pergunta crucial é o que não o seria na sociedade contra a qual se protesta?

Afinal, para ser livre seria preciso um universo social de liberdade, mas este pressupõe o sujeito livre para construí-lo, por sua vez.

Nesse nó, se há algo que permita respirar é a teoria.

O vício de protesto se alimenta de saber ao fundo que não tem possibilidade de êxito, o que traz à superfície uma moral heroica.

Mesmo a natural recusa da guerra do Vietnã vem sob a opinião anticolonial nos EUA, mas ao observar que o apoio deriva para os vietcongues, que também usam da tortura, Adorno enfatiza que é impossível estar livre da intrínseca “gelidez burguesa” (1995, p.224).

Citando a repercussão desses casos, dos quais, contudo, cabe ressaltar a legitimidade das causas, a resultante é que o sacrifício intelectual não tem consequência objetiva e que “Fazer do sacrifício um mandamento pertence ao repertório fascista” (Adorno, 1995, p. 225).

Um contraexemplo seria Brecht, quando em certo momento confessa se interessar mais por teatro do que por política.

Isto é, os impasses formais ditados pelo distanciamento artístico demonstram uma margem vital de autonomia à metarreflexão, que tende a fortificar a ação. O afastamento da teoria não é para gestar um acordo hierárquico com a prática; antes, o desacordo leva a novas bases.

Subindo o tom *O capital* (2013) não abarcava um eixo que derivasse da mais-valia a revolução, apesar da análise científica como mediação para a emancipação dos trabalhadores.

Diz Adorno que “O pudor de Marx ante as receitas teóricas para a práxis mal foi menor que o de descrever positivamente uma sociedade sem classes” (Adorno, 1995, p. 228).

Isto não impediu Marx de se manifestar sobre conjunturas políticas, incluídas as que particularizavam o princípio geral de que a emancipação do proletariado só poderia ser obra do próprio proletariado, e, naquela época, “o proletariado ainda era visualizável” (Adorno, 1995, p.228).

De passagem, o autor sugere esse efeito de manifestação para a sua própria obra analítica, citando a *Dialética do esclarecimento* (1985), de 1947, e *Estudos sobre a personalidade autoritária* (2019), de 1950, as quais, embora não contivessem instruções de ação, ensejariam, conluo, o caráter de intervenção para várias gerações.

O último fragmento faz um jogo retórico sobre a superestimação da particularidade, que causa a deformação pretensiosa que tende a absolutizá-la. Naturalmente, isso não é culpa da particularidade concreta, que não se descarta.

Dessa forma, “o ingrediente de ilusão que isso implica previne contra as transgressões em que ele continuamente se amplia” (Adorno, 1995, p.229).

Em nossa leitura, reacende-se o alerta ao grave perigo da má-fé de racionalizar a unificação de teoria e prática em um objeto previamente delimitado. O pré-conceito como premissa de domínio se amplifica na descontinuidade teórica.

ATUALIDADE DA QUESTÃO NO BRASIL

Expostos os dois artigos, cabe situá-los numa zona em que acrítica “pessimista” seria mais profícua que o apego messiânico.

Nessa toada, uma “profanação” que ilumina o negativo é mais alternativa antibarbárie que as declarações de intenção (nada contra sua legitimidade) programáticas ou das indigitadas “capitulações” quanto a elas ou outros modos tingidos pelo voluntarismo político ou palavras de ordem.

Ao mesmo tempo, não se pode fugir ao escrutínio da necessidade das conjunturas, como o próprio Marx tanto fez.

Em busca de um raciocínio perfilado com essas antinomias, comento a manifestação de Roberto Schwarz.

Em entrevista recente (publicada em 2023), ele tratará do chamado pessimismo, com ganhos tanto para a análise da esquerda no Brasil, quanto, indiretamente, do avanço da extrema direita.

Antes, instado pela alegação de imobilismo político que sofre Adorno – e seu marxismo já cognominado de “sombrio” –, consideremos essa afirmação do crítico em outra entrevista, realizada em 2003: “O bloqueio da solução revolucionária e a esterilidade da política eleitoral são diagnósticos, e não preferências. Pode-se discordar, mas as razões para concordar são consideráveis” (Schwarz, 2012, p. 50).

Na sequência, é registrada a pauta de Adorno com autores como Kant, Hegel e Marx; Weber, Nietzsche e Freud. Para Schwarz, essa envergadura não é comum e, “talvez por irritação” (Schwarz, 2012, p.50), gera rejeição. Ele destaca que essa independência de pensamento na esfera civil é, por si, um fato político mais radical do que a filiação partidária.

Com ironia, ele cita que o renomado crítico Timothy Clark depreciou o marxismo de Adorno como uma operação para confrontar a terceira internacional, o que seria “um imenso elogio” (Schwarz, 2012, p.51).

Por isso, a coerência de Adorno se mantém, apesar de ter declarado não ter nenhum problema com a torre de marfim. Para Schwarz, Adorno “sondava o sentido e o destino da civilização burguesa como um todo” (2012, p.49).

No entanto, penso que para países periféricos como o Brasil não se pode ignorar a formação nacional, da colônia à modernização de um desenvolvimento truncado – ainda assim irrenunciável. Este é um reconhecimento que se reforça porque a abordagem dialética de Schwarz se filia também na tradição dos intérpretes dessa formação social, incluída a da literatura, com destaque para Antonio Candido.

Não será também coincidência (e assinala-se sua vinculação a Benjamin e Adorno, mais do que ao leito propriamente político de Gramsci) se referir a uma sua produção estética, *Rainha Lira* (peça teatral de 2022), como meio mais adequado para abordar – por meio do distanciamento acre, do didatismo e da interpelação – os papéis da esquerda, bem como as perplexidades da “cacofonia ideológica” (Schwarz, 2023, p.33).

Cum grano salis, Schwarz avisa que escolheu o formato por não dispor mais, aos 84 anos, das condições de um acompanhamento detido sobre o andamento do país.

Ao comentar seu ensaio “Cultura e política, 1964-69” (1992), onde mostra a hegemonia cultural da esquerda nesse intervalo dentro da ditadura militar (iniciada em 1964), o crítico detalha como parte da esquerda radicalizou a crítica à adesão do Partido Comunista Brasileiro ao populismo (consignado no trabalhismo progressista do presidente deposto - João Goulart, digo) ao buscar um “progressivo acerto de contas com o Partidão. Acontece que esse acerto de contas, com a sua inegável parte de verdade, era mais iludido do que a própria posição que criticava. Como dizem os argentinos, *ténia razón, pero no toda*” (Schwarz, 2023, p. 31).

Em outras palavras, a posição anticonciliadora não deu certo, pois para sair de um buraco caiu-se num buraco mais fundo, como foi o caso da luta armada, conforme assinala.

Com a retomada da democracia, a nosso ver, é possível deduzir na análise do crítico um vínculo de ligação entre a teoria adorniana e a prática política por meio do papel icônico de Luís Inácio Lula da Silva, que já era então uma liderança de proa na esquerda que se firmara a partir de novos atores já no início dos anos 80.

Pensar que Lula ultrapassaria a visão negativa de um Adorno seria ilusório, no entanto, sua importância não podia ser negada, pois além de ser uma resultante inesperada de um conjunto de fatores, cumpria uma função objetiva contra a regressão política.

Em face disso, julgo que se encontra a preços de hoje a integração ambígua, mas simultânea, de teoria e prática: justamente a posição de “oscilar” entre uma e outra, dada a especificidade com que a realidade se impunha e se impõe.

Longe de uma postura de “traição”, esse balanço seria decorrente de matéria objetiva e, para o pensador engajado, por assim dizer, não caberia fugir à dialética, sem deixar de manter a indagação crítica de centralidade marxista.

Como se sabe, após a eleição para presidente do anticivilizatório Jair Bolsonaro, creio ser pertinente destacar que o nervo da situação se repete nos dias de hoje, depois da terceira vitória presidencial de Lula em 2022.

Em paralelo com as motivações históricas do fenômeno singular de sua liderança, é preciso reconhecer a combinação de episódios recentes, quando não baixou a cabeça mesmo diante da prisão de início sem tempo determinado, mas que restou materializada de abril de 2018 a novembro de 2019.

Continuando no argumento, Schwarz diz textualmente que, se há liberdade política nos termos de hoje devemos isso a Lula e ao Partido dos Trabalhadores, digamos que por serem os polos mais sedimentados para a resistência organizada.

Logo, para ele, seria equivocados, “por doutrinismo esquerdista, não apoiar a frente que Lula organizou com um talento que é preciso reconhecer como genial. A política dele pode não ser marxista, mas é profunda e tem tudo a ver com o Brasil” (Schwarz, 2023, p.31).

Assim, penso que a inteligência progressista compromissada não pode deixar de se contrapor ao aparelhamento do Estado pelas forças retrógradas em nome de um suposto rebaixamento programático, mais ou menos restrito ao nível institucional que seja. Se tanto, o intelectual deve se afastar da luta estritamente política, para qualificá-la e à própria atuação da esquerda no calibre que pode ou não imprimir à sociedade.

Tanto é que Schwarz, creio, leva o pêndulo para o outro lado, permitindo-nos combinar o limite da via eleitoral com o problema da posição em relação ao sistema mundial e da retomada do pragmatismo que pode corroer por dentro os fatores que impediram a deterioração do nosso Estado de direito, apesar de considerandos críticos gerais ou a respeito de sua singularidade.

A manutenção desse Estado ganha estatura diante da promessa histórica que não se cumpriu. Por outro lado, as forças destrutivas burguesas não poupam os países periféricos, até por estes serem a outra face da mesma moeda do progresso.

Por isso, cabe o lembrete:

O que vai ser o período Lula, não sabemos. Vai haver margem para engajamentos de todo tipo, do consequente ao oportunista, da aposta na transformação à busca de emprego e promoção. *Acho que a gente não deve se fechar para possibilidades.* Dito isso, para o intelectual, é essencial o engajamento independente, tão crítico quanto possível – e isso no Brasil de hoje está em falta. Você note que ninguém mais fala em contradições; [...]. Se a participação e o empenho excluam a reflexão crítica, acho que pelo menos uma parte dos intelectuais precisa tomar o partido da reflexão radical. *A esquerda recuperada é um problema.* (Schwarz, 2023, p.29 – grifos meus)

É nesse tom que o debate encorpa seu protagonismo para defender os marcos da democracia (ainda que insuficientes, não é novidade). As correntes que criticam o apoio a Lula como mais uma representação do populismo (que seria “de esquerda”, se tanto), em detrimento da longa trajetória como expressão para um estado democrático-popular sofrem o questionamento pelo pensamento desencantado, mas que não se exclui do problema.

Assevera o adorniano Schwarz: “Não é só o Lula, é a esquerda que não vê como sair do capitalismo. Na falta de saída esperneamos em âmbito restrito, como é inevitável” (2023, p.32).

Se fosse matéria de escolha, constatar-se-ia que faltaria era coragem, mas o voluntarismo (menos ainda certas concepções de moral) não é o determinante: queira-se ou não, a derrota vem por não haver saída à vista.

Por isso se torna estranho o sujeito que reclama da falta de avanço sem que ele mesmo não esteja procurando o caminho – que dizer encontrando-o!

Em *Rainha Lira* (2022), são reunidos e trazidos à cena recente tipos egressos daquela década da hegemonia cultural, que, em “ambição de totalidade” (Schwarz, 2023, p.33), resultam na junção da função de retrato passadista com a de uma honestidade intelectual atualizada e atualizadora na bus-

ca de diagnóstico. Por sua vez, esta integridade serve como fundamento da problemática prospecção de (novas) perspectivas políticas. Enfim, a obra, cuja necessidade artística sonda o bloqueio político e a desagregação social, é relatada por Schwarz como “um retorno a Brecht, só que um Brecht pós-brechtiano, sem a certeza do socialismo ao fim” (2023, p.33).

E aduz que seria um Brecht com o qual Adorno concordaria... com o que penso que se amarra um outro contraponto entre a liberdade da teoria e a conjuntura brasileira.

Afiado, ele traz o trocadilho: não dou a saída porque não a tenho. “Se soubesse, não iria esconder” (Schwarz, 2023, p.33). O que pede ser lido com imensa seriedade.

Ao integrar essa inquietante oscilação, como nomeamos, fecha-se o ciclo e verificamos que o resultado não está distante do gesto de Adorno, apesar da sua escala em pensar o mundo. Não que Roberto não o faça a partir da periferia.

Até porque, acredito, ao fazê-lo, engloba interpretações do Brasil não necessariamente marxistas, mas inarredáveis e não somente negativas.

TERCEIRO GOVERNO LULA, QUESTÃO DE CONJUNTURA?

Em derivação do percurso traçado, faço uma reflexão diante do pressuposto que a composição política e a execução de um programa é imperativo da realidade, sobre esse governo de Lula (mas não só este) sofrer desde as diatribes pelo poder institucional às críticas “políticas” ao suposto acomodamento à “gestão do capital e do estado burguês”; das linhagens (pseudo)revolucionárias ao esquerdismo rancoroso; da função dos movimentos sociais, da cultura e da diversidade estruturante dos movimentos de gênero, raça ou orientação sexual, às convicções tempestuosas de que os chamados identitarismos desviariam a boa fórmula da luta de classes regida pela centralidade econômica e do trabalho; e, por fim, mas não por último, da “frente ampla” formada vista como obstáculo, quando em ato contínuo dever-se-ia cauterizar as alianças heterogêneas e a oposição de direita, e não a elas “capitular”.

Não que tudo isso e muito mais não possa e deva ser desejável.

Contudo, há também argumento baseado em evidências e pela inexorável correlação de forças. Se se trata de reformismo, seja brando, seja forte; se proponha o “retorno” ao povo e à “territorialidade”; se é ressaltada sobretudo a asfixia pela expansão das forças conservadoras reacionárias ou de extração fascista encarnadas em Jair Bolsonaro a ensejar a disputa social em outros termos, a via que parece se impor é a democracia presente⁷.

Democracia que parece tão mais se valorizar quando se revivifica a articulação mundial da extrema-direita e a disseminação do vale-tudo também por dentro das instituições. Democracia político-jurídica como pressuposto e meio para uma democracia social, para enfrentar a verdadeira guerra de classes hoje consignada na rapinagem do fundo público pelo dogma neoliberal da austeridade fiscal, sob a tutela do capital financeirizado.

DEMOCRACIA: ESTADO DA CRÍTICA HOJE

Em abstração, estaríamos diante de uma nova “metafísica” do Estado de Direito como realização do valor universal num mundo terminal? Cabe a mudança de método filosófico de modelos de ação e revolução? Estariam estes convertidos em novos idealismos “platônicos”?

O que dizer das teses avessas à “torre de marfim” que aderiram à democracia como valor universal – e não tático?

Por um outro lado, outros afirmam que a esquerda já morreu e não se trata de ressuscitá-la, mas de reinvenção. Até porque quem está redivivo é o espectro do fascismo.

Enfim, são muitas as perplexidades.

Assim, lembrando as ressalvas que Adorno refere à imposição axiomática de medidas práticas, porém consciente do horizonte histórico de fracasso, procurei exercitar a convicção, ou a hipótese forte de que certamente não foi a Teoria Crítica que perdeu o método e o objeto. É neste que per-

⁷ Caberia aqui o registro sobre as causas e implicações da tentativa de golpe de estado consubstanciada em 08 de janeiro de 2023, fato ocorrido após a feitura deste artigo, mas antes de sua publicação. Evidentemente, essa reflexão não caberá no espaço deste texto.

manece, fraturada, negativa, a demanda ao sujeito racional, que fica mais distante dos partidos da ilusão. *Urbi et orbis*.

REFERÊNCIAS

- A 11ª TESE DE MARX A FEUERBACH. Locução de: Glauber Ataíde. Baviera, Alemanha: **Filosofia Vermelha**, 10 abr. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5yXeT8gHotjAEZsXvxQCsH>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Trad. Carlos Henrique Pissardo, Francisco Lopez Toledo Correa, Virginia Helena Ferreira da Costa. São Paulo: UNESP, 2019.
- ADORNO, Theodor. Notas marginais sobre teoria e práxis. In: **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Trad. Maria Helena Ruschel; sup. Álvaro Valls. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 202-229.
- ADORNO, Theodor. Resignação. Uma conferência radiofônica publicada em 1968. Trad. Felipe Catalani. In: **A Terra é Redonda**. (Site). 13 jun. 2021. ISSN 3085-7120. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/resignacao/>. Acesso em: 29mar. 2025.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu outros textos (1920-1923). In: **Sigmund Freud**: Obras Completas. Volume 15. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. Trad. Silvio Meira. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- JEFFRIES, Stuart. **Grande Hotel Abismo**: a Escola de Frankfurt e seus personagens. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 99-103.
- NOBRE, Marcos. **A dialética negativa de Adorno**: a ontologia do estado falso. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-69. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 61-92.
- SCHWARZ, Roberto. Sobre Adorno (Entrevista). In: **Martinha versus Lucrecia**: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.44-51.
- SCHWARZ, Roberto. Entrevista (por Fábio Mascaro Querido). In: **Revista Margem Esquerda**, nº 40. São Paulo: Boitempo, 2023, p.11-33.
- SCHWARZ, Roberto. **Rainha Lira**. São Paulo: Editora 34, 2022.
- SOLIDARIEDADE COM A METAFÍSICA NO INSTANTE DE SUA QUEDA. Locução de: Marcos Nobre. Campinas, SP: **IFCH Unicamp**, 05 abr. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0e3cGxhqxBxfnvVecyfskM>. Acesso em: 29 mar. 2025.